



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000069256

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1026087-04.2022.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que é apelante BANCO C6 CONSIGNADO S/A, é apelada MARIA DAS DORES DO PRADO FREITAS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto da Relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SOUZA NERY (Presidente sem voto), ALEXANDRE COELHO E OLAVO SÁ.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

REGINA APARECIDA CARO GONÇALVES

RELATORA

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação Cível nº 1026087-04.2022.8.26.0196

Apelante: Banco C6 Consignado S/A

Apelado: Maria das Dores do Prado Freitas

Comarca: Franca

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Marcelo Augusto de Moura

Voto nº 808/mro

Ementa. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS DE CONSUMO. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CUSTO EFETIVO TOTAL. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Trata-se de apelação interposta pelo réu contra sentença que julgou procedentes os pedidos da parte autora, condenando-o ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios no valor de R\$ 1.600,00, com correção monetária e juros de mora.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste em saber se a taxa de juros e o custo efetivo total pactuados são abusivos ou se estão em conformidade com as Instruções Normativas nº 28 e 106 do INSS.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. As Instruções Normativas nº 28/2008 e nº 106/2020 do INSS limitam as taxas de juros remuneratórios, mas não o custo efetivo total (CET), que engloba todos os encargos e despesas da operação.

4. A análise das condições contratuais e a aplicação do princípio do *tempus regit actum* confirmam que as taxas contratadas estão em conformidade com a legislação vigente à época da contratação.

IV. DISPOSITIVO

5. Apelação cível conhecida e provida.

Dispositivos relevantes citados: Instrução Normativa nº 28 do INSS, art. 13, II; Instrução Normativa nº 106 do INSS.

Jurisprudência relevante citada: TJSP, Apelação Cível nº 1036379-35.2023.8.26.0577 e Apelação Cível nº 1043221-50.2023.8.26.0506.

Trata-se de apelação interposta em face da respeitável sentença, cujo relatório ora se adota, que julgou *procedentes os pedidos formulados por MARIA DAS DORES DO PRADO FREITAS em face de Banco C6 Consignado S/A para readequar a taxa de juros do contrato especificado na petição inicial para o patamar de 1,80% ao mês (CET), cuja diferença apurada e efetivamente paga pela parte autora deverá ser a ela restituída, de forma simples, com correção (tabela prática) desde cada pagamento a maior, e juros de mora (1% ao mês) desde a citação, admitida a compensação com eventual valor devido pela parte autora com relação ao específico contrato. Ante a sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais comprovadas, bem como honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).*

O réu opôs embargos de declaração a fls. 335/340, sendo negado o provimento (fls. 348).

Recorre o banco réu. Alegou, preliminarmente, a ocorrência de advocacia predatória, pois o patrono da autora possui mil processos sob seu patrocínio contra instituições bancárias. No mérito, alegou, em síntese, os contratos foram validamente firmados e apresentam especificamente e com exatidão os custos, encargos, índices, condições e termos incidentes sobre o crédito emprestado; que a taxa de juros aplicada não se mostra abusiva porque está de acordo com a taxa média de mercado; que a legislação aplicada ao caso apenas limita o percentual de juros, não estabelecendo a CET; que a sentença não estabeleceu o valor que deve ser descontados, ou ainda, que seja expedido ofício ao órgão pagador para que este processe com os cálculos do contrato; e que o valor dos honorários sucumbenciais foram demasiadamente desproporcionais e excessivamente onerosos. Pediu o provimento do recurso.

As contrarrazões foram apresentadas a fls. 374/382.

Recurso tempestivo e o preparou foi recolhido a maior (fls. 369/370).

Houve oposição ao julgamento virtual a fls. 388.

É o relatório.

Afasto, de início, a arguição de advocacia predatória, pois apenas o fato de existirem diversas demandas patrocinadas pelo mesmo advogado em face do réu e de outras instituições financeiras não se mostra suficiente para o reconhecimento da prática nociva que, ademais, não pode prejudicar direito da parte representada.

Passo ao exame do mérito.

Cuida-se de ação de obrigação de fazer cumulada com revisional de contrato bancário.

A autora afirmou que realizou com o réu um contrato de empréstimo na modalidade consignado, em 19/02/2021, porém, a taxa de juros pactuada foi de 1,93% a.m., enquanto na época da contratação deveria ser de 1,80% a.m.

No caso em exame, as Instruções Normativas do INSS limitam expressamente as **taxas de juros remuneratórios** (ou custo efetivo) e não o **custo efetivo total (CET)**, que corresponde a todos os encargos e despesas incidentes na operação financeira ajustada entre as partes, como tributos, seguros, tarifas e outras despesas.

Confirmam-se: IN nº 28/2008: *II - - a taxa de juros não poderá ser superior a um inteiro e oitenta centésimos por cento (1,80%) ao mês, devendo **expressar o custo efetivo** do empréstimo; (...) (alterado pela Instrução Normativa nº 106 /PRES/INSS, de 18 de março de 2020)*

Nesse passo, a taxa de juros de 1,80% prevista no contrato nº 010016659285 (fls. 75/82) estava em conformidade com as IN PRES/INSS nº 28, de 16 de maio de 2008, e nº 106, de 18 de março de 2020 (que alterou a IN PRES/INSS nº 28/2008).

Nesse sentido, confirmam-se os julgados desta mesma Turma I do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau:

APELAÇÃO. REVISÃO DE CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CUSTO EFETIVO TOTAL (CET). Limitação. Inadmissibilidade. A Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS impõe a limitação da taxa de juros, não do CET. O índice do CET retrata apenas mera demonstração da taxa de remuneração e demais despesas contratadas. É uma operação que corresponde a todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito financeiro. Taxas de juros, ainda, que observaram a limitação prevista na Instrução Normativa nº 28/08 do INSS. Ausência de qualquer ilícito praticado pela instituição bancária, de modo a inexistir abusividade ou direito à repetição de indébito. Sentença de improcedência da ação mantida. Recurso desprovido. (Apelação Cível nº 1036379-35.2023.8.26.0577, Rel. OLAVO SÁ, Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2) do TJSP, julgado em 19/08/2024).

APELAÇÃO DO AUTOR – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE ALTERAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO - CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO (RCC) – Contratação incontroversa – Instrumento que é claro quanto ao produto aderido pelo consumidor – Dever de informação cumprido – Ausente qualquer outro vício de consentimento – Impossibilidade de alteração do negócio jurídico – Juros – Abusividade inexistente – Respeito ao teto previsto no artigo 16, inciso III, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, alterado pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 125/2021,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

incidente na data da contratação do "saque" – Limitação que diz respeito aos juros remuneratórios e não ao Custo Efetivo Total (CET) – Sentença mantida – Aplicação do disposto no art. 252, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça deste Estado, com o acréscimo dos fundamentos declinados neste voto – RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível nº 1043221-50.2023.8.26.0506, Rel. M. A. BARBOSA DE FREITAS, Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2) do TJSP, julgado em 31/10/2024).

De rigor, portanto, dar provimento ao recurso do requerido e, respeitado o entendimento do Juízo de origem, reformar a sentença.

Ante o exposto, pelo presente voto, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO** para julgar improcedentes os pedidos e, em razão da inversão do ônus sucumbencial, condenar a autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.600,00, observada a gratuidade processual a ela concedida.

Regina Aparecida Caro Gonçalves

Relatora